

Instituições Educacionais e Educação não institucionalizada: relações para transformação das instituições

Profa. Dra Nubia Regina Moreira¹

Resumo: Este texto discute a educação não formal como elemento gerador de aprendizagens situadas para além da escola. Considera as relações entre instituições educacionais e educação não institucionalizada como de complementariedade, não antagonismo. Aponta, especificamente, para um tipo de pedagogia que pulsa em ONGs, movimentos sociais, associações de moradores, entre outros grupos que constituem espaços que se organizam em torno de lutas sociais, no sentido político do termo, proporcionando aprendizagens sobre a organização da sociedade e sobre seu próprio grupo. O texto conclui apontando que a maternagem de mentes proporciona autonomia e reconhecimento do eu no coletivo.

Palavras-chave: Instituições educacionais. Educação não institucionalizada. Movimentos sociais

Educational Institutions and Non-Institutionalized Education: relationships for transforming institutions

1

Abstract: This text discusses non-formal education as something that occurs outside of traditional school settings, emphasizing the complementary relationship between educational institutions and non-institutionalized education, rather than viewing them as antagonistic. It specifically highlights a type of pedagogy that is prevalent in NGOs, social movements, residents' associations, and other groups organized around societal struggles in the political sense of the term. These spaces provide opportunities for learning about the organization of society and one's own group. The text concludes by emphasizing that nurturing intellectual growth fosters autonomy and self-recognition, both individually and collectively within the social fabric.

Keywords: Educational Institutions. Non-Institutionalized Education. Social Movements

Instituciones Educativas y Educación no Institucionalizada: relaciones para la transformación de las instituciones

¹ Profa Dra Nubia Regina Moreira. Doutora em Sociologia pela UnB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: nubia.moreira@uesb.edu.br ..Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6171-6756>



Resumen: Este texto analiza la educación no formal como aquella que se encuentra fuera del entorno escolar, considerando las relaciones entre las instituciones educativas y la educación no institucionalizada como complementarias, no antagonistas. Se centra específicamente en un tipo de pedagogía presente en ONGs, movimientos sociales, asociaciones de vecinos y otros grupos que se organizan en torno a luchas sociales en el sentido político del término, proporcionando aprendizajes sobre la organización de la sociedad y sobre el propio grupo. El texto concluye señalando que fomentar el desarrollo intelectual brinda autonomía y reconocimiento tanto individual como colectivo dentro del tejido social

Palabras clave: Instituciones educativas. Educación no institucionalizada. Movimientos sociales

Boa noite a todas e todos que estão no auditório. Quero agradecer ao convite feito pela professora Zilmar. Também agradeço à Francely, ao Heiberle e à Maria Clara, todos presentes nesta noite.

Esta não é a primeira vez que venho nesta casa, dessa vez estou online, mas já estive nesta universidade quando o curso de História me chamou para participar de um evento sobre relações de gênero. Então, conheço a cidade e gosto dela. Fiquei muito sentida com o imprevisto que impossibilitou a minha ida à cidade, mas temos mesmo que aprender a lidar com imprevistos.

Como sabem, eu me chamo Núbia Regina Moreira e sou professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, a UESB. Aqui na Bahia temos quatro universidades estaduais e eu estou na UESB, situada em Vitória da Conquista, no sertão.

Quero falar um pouco sobre o motivo de estar aqui e o que vim apresentar: esta mesa, pelo título, me parecia bastante distante do que tenho trabalhado. Sou uma professora que trabalha com feminismo negro e no campo da educação, com foco nas teorias e políticas curriculares articuladas às intersecções de raça, classe e gênero. Achei curioso o título da mesa, mas considerei que ele tinha a ver com minha própria trajetória de trabalhar com movimentos sociais e também por me considerar uma ativista-intelectual negra.

Sou professora universitária, mas desde a graduação trabalho com o que chamamos hoje de movimentos sociais negros, movimento de mulheres negras. Portanto, estabeleci um recorte sobre o tema visando falar das instituições educacionais, educação não institucionalizada e fazer um relato tratando de minha experiência em um

cursinho pré-vestibular e também da interseção com a formação de mulheres negras no interior da universidade

Para começar, eu quero falar que nesse campo “instituições educacionais e educação não institucionalizada” não são dimensões antagônicas. Na literatura, podemos trabalhar o tópico com Severo e Maria da Glória, que pensam a educação não formal como aquilo que não está na escola, considerando também tudo aquilo que a gente pode pensar e perceber na construção organizada da sociedade civil.

Segundo Severo (2017), a pedagogia da construção social construiu uma identidade epistemológica como disciplina científica, cujo objeto é a educação social. Ela tem como referencial as práticas de formação e atuação de profissionais que atuam principalmente no campo da educação não escolar, tendo o Estado associado, também na última década, às práticas de educação não formal ocorridas no espaço da escola, desempenhadas como recurso de diversificação formativa para atender às demandas de socialização de saberes e práticas que transcendem os limites dos componentes curriculares específicos.

É interessante falar de educação social pensando que a educação, essa mesmo que a gente conhece e que é formal, já é social. O que estaria nessa especialidade? Podemos chamá-la de trabalho com temas ligados à cidadania e direitos que podem não ocorrer na escola. Está ligada também a uma espécie de educação não formal.

Segundo Maria da Glória (2010), a análise da educação não formal não deve ser vista em hipótese alguma como algum tipo de proposta contra ou alternativa à educação formal escolar. Isso é muito importante no debate atual sobre política educacional no Brasil, com atual desvalorização da escola pública e valorização do que chamam de *homeschooling*, então é mesmo fundamental fazer esses acenos de valorização da escola, que não é o caso aqui da nossa proposta hoje. Numa outra perspectiva, a gente também acena para a socialização que se dá no encontro com as diferenças. Não é o caso aqui, essa educação não institucionalizada tem a ver com a educação não formal que não se contrapõe à educação formal escolar, logo, há sim uma valorização da escola, mas aqui ela não deve ser definida por aquilo que ela não é, mas sim pelo que ela é, como diz Maria da Glória Gohn: “um espaço concreto de formação com a aprendizagem de saberes para a vida em coletivos. Esta formação envolve aprendizagens tanto de ordem subjetiva relativa ao plano emocional e cognitivo das pessoas, como aprendizagens de habilidades corporais, técnicas, manuais etc., que os

capacitam para desenvolvimento de uma atividade de criação, resultando um produto como fruto do trabalho realizado”.

O que livremente estou chamando aqui de educação não institucionalizada pode ter correspondência com o que Gohn (2010) chama de educação não formal e aos chamados processos não escolarizáveis:

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões, tais como: aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacidade dos indivíduos para o trabalho; por meio de aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercícios de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para soluções de problemas coletivos cotidianos; aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista da compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica, etc. São processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva adquirida a partir da experiência em ações organizadas segundo os eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade, território e etc. (Gohn, 2010, p. 31).

Podemos simplificar dizendo que esse é um tipo de pedagogia oferecida pelas ONGs, movimentos sociais, associações de moradores e outros profissionais ligados à educação, como assistentes sociais e psicólogos. Portanto, são espaços em que a sociedade civil organizada consegue se agrupar para poder lutar, no sentido político do termo, por uma aprendizagem sobre a organização da sociedade e de como essa sociedade se organiza, para que esses coletivos e grupos entendam quais são as suas posições nessa sociedade, quem eles são e como podem se movimentar.

Em certo sentido, falamos de um aprendizado comunitário e coletivo de tomar uma posição e saber dessa posição, de se autodefinir perante a sociedade em que se vive. Isso é muito importante, pois falamos de uma sociedade que se movimenta pela desigualdade, que se movimenta nesses espaços em que não há oportunidade para todos, se movimenta no desequilíbrio entre demandas e ofertas. E aí se criam mecanismos tanto simbólicos quanto materiais para frutificar essa desigualdade, não só desigualdade do ponto de vista material, mas também simbólica, acho importante dizer.

Essa educação social, não escolar – entendendo aqui a escola como espaço formal e universal que cada vez mais precisa ser diverso – é também um espaço importante. Porém, precisamos considerar que, na escola, temos a preocupação, não só de forma primária, de repassar um tipo de conhecimento que é técnico e instrumental.

As práticas de educação não-formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, movimentos, programas de formação sobre direitos humanos e cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. É importante que um dos focos dessa educação social seja a aprendizagem sobre discriminação. É preciso aprender o que é isso, de verdade, e aprender nos leva ao ponto em que consigo dialogar com o tema desta palestra. Há uma relação direta com os temas que trabalho desde a graduação: a questão da diversidade étnico-racial, o feminismo negro, a diversidade sexual e a própria autoria de mulheres negras. Isso impacta muito a minha pesquisa.

As protagonistas de educações não institucionalizadas, é muito importante frisar, como diz Maria da Glória Gohn, são mulheres, em sua grande parte. E sobre isso a autora ainda diz algo muito importante: ao mesmo tempo que elas são as protagonistas, elas são também invisibilizadas. São elas que movem essas ações porque estão na linha de frente da desigualdade, daquilo que acontece nos bairros, territórios, escolas e comunidades próximas às escolas. Estão na linha de frente porque estão, em sua maioria, na porta dos presídios. Isso é muito importante, pois a literatura tem dito que quando as mulheres são privadas de liberdade, por terem infringido a lei, recebem poucas visitas, diferentemente dos homens. Quando eles estão privados de liberdade, as mulheres – não só suas companheiras, mas também filhas, mães, tias, primas – estão lá movimentando. Portanto, dessa ação e desse movimento também nascem ações para melhorar essa situação de estar em contato com seus familiares nos presídios e cadeias, melhorar no sentido de terem seus corpos menos violados, por exemplo, como ocorre nas revistas íntimas. Isso é só um exemplo.

Maria da Glória Gohn continua: “sabemos que as mulheres têm construído, nas últimas décadas, o maior movimento social em *set* de notícia – o movimento de colocar a sociedade em ação”. Aqui eu chamo a Angêla Davis: “Que mulheres são essas?”. Ela diz que quando uma mulher negra se movimenta, toda sociedade se movimenta, por que ela está fazendo uma leitura de um cenário da sociedade em que a base da pirâmide está baseada, em sua maioria, nas mulheres negras. E ela está falando da realidade estadunidense, mas também podemos falar aqui da realidade brasileira, isso são dados estatísticos que nos dizem respeito também. Então, esse movimento que as mulheres fazem, elas conseguem movimentar toda uma sociedade, toda movimentação que as mulheres fazem melhora não só a vida delas, mas de toda a sociedade, melhora para os homens, para as crianças, os bairros. São as mulheres que compõem, segundo Maria da

Glória Gohn, majoritariamente como participantes e sujeitos principais, os diversos tipos de movimentos sociais que conhecemos.

Isso é muito importante, pois são essas mulheres que também compõem a tradição estadunidense, de que Patrícia Hill Collins (2019) fala, da tradição das mães de criação da comunidade que explica as relações de maternagem da mente. A maternagem da mente seria outra forma de pensarmos essa educação não institucionalizada, porque para nós, negras e negros, as mães da comunidade, as várias mães que existem. Quando falo das mães comunitárias estou falando de um conjunto de ativistas, mulheres negras que, dentro dos movimentos de mulheres negras, movimentos negros, movimentos sociais, são responsáveis por guiar os passos dos neófitos que estão chegando no movimento social.

Guiar no sentido de fazer uma maternagem da mente, fazer com que entendam quem são as pessoas, quem elas são nessa sociedade. Isso é importante porque essa relação de maternagem tem um cruzamento com a transformação dessa educação não institucionalizada para educação institucionalizada, que é justamente o seguinte: ao fazer a maternagem da mente, as professoras afro-americanas e brasileiras não fazem somente uma formação técnica. Elas também ajudam esses estudantes a entenderem como usar a mente (Hooks, 2013). Ela diz que ao contrário da tutoria tradicional, amplamente documentada pela literatura pedagógica, essa relação vai além de fornecer aos estudantes o conjunto de habilidades técnicas ou uma rede de contatos profissionais e acadêmicos. Ou seja, não é só isso que importa para nós que chegamos à universidade, que viemos, por exemplo, dos movimentos sociais, onde passamos por letramento racial, de gênero e de classe.

Quando chegamos à universidade, partimos na maioria das vezes dos cursinhos pré-vestibulares comunitários, ou de escolas, como aqui em Vitória da Conquista, como o pré-vestibular Dandara dos Palmares, que existe desde 1998, que atende aos jovens pobres, negros e quilombolas. Essas pessoas quando chegam à universidade, direcionam uma transformação dessa universidade, e mais do que isso, o espírito coletivo permanece entre esses jovens, o espírito coletivo de se manter na universidade, o espírito coletivo de fazer a contribuição para esse espaço que fizeram com que ele chegassem na universidade permaneça. Isso é interessante, as organizações de mulheres negras são guiadas pelo modelo e exemplo das mães de criação. As mulheres negras são trabalhadoras culturais, então a educação social também faz com que tenhamos um contato com essa cultura local, essa cultura da sociedade.

As organizações de mulheres negras acreditam que é preciso ensinar as pessoas a serem autônomas, que a autonomia gera mais empoderamento, que é preciso ensinar a seguir seus corpos livres, então é necessário que o sujeito se autodefinha, que consiga utilizar a mente para se empoderar. Para nós, mulheres negras de comunidade e mulheres negras populares, a educação é um símbolo de conexão de indivíduo, mudança e empoderamento. A educação para as populações pobres negras sempre foi uma forma de sobrevivência, porque a ignorância nos torna impotentes. As educadoras também são as líderes da luta pela sobrevivência do grupo, preferencialmente a gente pode ver na literatura que são as mulheres professoras que também são as líderes comunitárias (Collins, 2019).

Maternar mentes é desestabilizar ou confrontar as imagens de controle que podem nos paralisar como grupo social. As mulheres estão lutando pelo grupo social negro, que pode nos paralisar, fazendo com que não consigamos avançar para além daquilo que a narrativa colonial pensou para nós como destino. Essa educação não institucionalizada tem uma relação direta com toda uma produção criativa que é a poética, a produção acadêmica, literária, na música, nos espaços de terreiro, das associações de moradores, no espaço da dança, do jogo, nesses espaços há toda uma construção cultural de existência, de edificação, de autodefinição que faz com que nos encaminhem para outra lógica, distante da história que nos foi imposta.

Tudo isso compõe uma pedagogia, um movimento social e veicula uma pedagogia de formação para os indivíduos. Importa discutir de que forma podemos trabalhar essa educação não institucionalizada que trazemos do movimento social e como é que nós conseguimos entrar nas universidades. Existem vários coletivos de mulheres negras que atuam no interior da universidade hoje.

Espero ter conseguido passar a mensagem de que essa ideia de educação não institucionalizada e educação institucionalizada, de que esses marcos de separação entre o formal e não formal sejam estreitadas, porque a escola e a universidade precisam receber e construir, conjuntamente com as instituições, pessoas com uma formação sólida de cidadania, em direitos, em formas outras de existir frente à sociedade brasileira desigual, capitalista, racista, homofóbica, e que precisamos fortalecer nossa existência nas condições que estamos vivendo, nos corpos femininos negros, trans, lésbicos, de crianças, de pessoas em situações de vulnerabilidade social, em pessoas periféricas.

Muito obrigada!

Referências

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: consciência, conhecimento e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.